



## **MOÇÃO DE REPÚDIO**

A AGB (Associação Nacional dos Geógrafos Brasileiros), em plenária do XIX Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), realizado em João Pessoa-PB, aprovou, por unanimidade, moção de repúdio à **PEC 215** e aos cortes orçamentários efetuados pelo governo golpista de Michel Temer. A PEC 215, em tramitação na Câmara dos Deputados há mais de uma década, representa um severo ataque aos indígenas, orquestrado pela conservadora bancada ruralista do Congresso Nacional que tenta transferir para o legislativo a decisão final sobre a demarcação das terras indígenas, além de proibir a ampliação das terras já demarcadas e criar o famigerado marco temporal, por meio do qual os indígenas só poderão demandar as terras ocupadas até 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. As medidas presentes à proposta de alteração constitucional são altamente prejudiciais aos povos indígenas, pois podem inviabilizar o processo demarcatório, haja vista que o legislativo é flagrantemente dominado por setores conservadores da política brasileira. Ademais, as medidas objetivam impor uma absurda restrição temporal, que nega a violência multissecular da formação territorial brasileira contra os povos originários.

Os cortes orçamentários executados pelo golpista Michel Temer decorrem da aprovação da Emenda Constitucional 95, no ano de 2016, que congelou, por duas décadas, o orçamento do governo federal. Por conseguinte, vêm sendo subtraídos recursos que contemplavam os povos indígenas no país e mantinham o andamento das atividades-fim da Fundação Nacional do Índio (Funai). O desmantelamento da Funai é, sem sombra de dúvidas, uma das consequências mais emblemáticas dessa política de austeridade fiscal, uma vez que o órgão, sem recursos, encontra-se, praticamente, de mãos atadas, situação que se agrava por ser administrado, em Brasília, por personagens defensores do agronegócio e, seletivamente, indicados por Temer. Outra consequência igualmente perversa dos cortes orçamentários é a diminuição das concessões de bolsa permanência aos estudantes indígenas nas universidades brasileiras. Em junho de 2018, o governo Temer anunciou a destinação de apenas 800 bolsas, o que gerou absoluta indignação entre os indígenas, pois o número é, escandalosamente, insuficiente para atender aos pleitos de estudantes de diversas etnias espalhadas pelo país.



**Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB**  
**Diretoria Executiva Nacional**  
**Gestão 2016/2018**

Em face desse contexto, reiteramos nosso absoluto repúdio às medidas descritas, por entendermos que intentam, em nome do agronegócio e da apropriação monopólica das terras e da água, sufocar a histórica luta de afirmação e de retomada territorial dos povos indígenas.

João Pessoa-PB, 07 de julho de 2018.

**Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB**